

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO

SUBSTITUTIVO AO PROJETO DE LEI Nº 9.133, DE 2017

Acrescenta dispositivo à Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, para prever sanções às instituições de ensino que recusarem, de forma injustificada, matrícula de alunos de todos os níveis e modalidades de ensino.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º O art. 7º da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, passa a vigorar com as seguintes alterações:

“Art. 7º

.....

§ 1º A recusa injustificada de matrícula de alunos de todos os níveis e modalidades de ensino, em sua ocorrência ou reiteração, na forma de regulamento do respectivo sistema de ensino, implicará, de forma gradativa, entre outras medidas:

I – advertência;

II – suspensão temporária de admissão de novos alunos; e



III – suspensão do ato autorizativo de funcionamento ou de credenciamento da instituição de ensino.”

§ 2º A instituição de ensino deverá apresentar, por escrito, as razões da recusa de matrícula.”
(NR)

Art. 2º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em de de 2025.

Deputada DELEGADA ADRIANA ACCORSI
Relatora

